

DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS: MATERNIDADES, INTERSECCIONALIDADE E JUSTIÇA REPRODUTIVA

A maternidade sob a perspectiva interseccional, reconhece que as experiências de ser mãe ou exercer o cuidado materno são profundamente atravessadas por marcadores sociais de diferença como raça/etnia, classe, gênero, orientação sexual, deficiência, geração e territorialidade. A partir dessa compreensão, busca-se identificar as múltiplas camadas de opressão e desigualdade que estruturam as vivências maternas de mulheres e pessoas que gestam, mas também as formas de resistência, agência e solidariedade que emergem nesses contextos apresentados. A maternidade, está longe de ser uma experiência universal, pois é um fenômeno social e político que reflete nas condições históricas e estruturais na sociedade brasileira. Mulheres negras, indígenas, periféricas, lésbicas, homens trans, com deficiência e de diferentes territórios vivenciam maternidades marcadas por desigualdades no acesso à saúde pública de qualidade, à renda, à moradia e à educação, configurando injustiças reprodutivas. A perspectiva interseccional, forjada na literatura das autoras Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins e Carla Akotirene, possibilita compreender como diferentes sistemas de opressão se entrecruzam e se potencializam, produzindo distintas experiências e significados sobre o materno. Este GT propõe-se a ser um espaço de diálogo interdisciplinar, reunindo reflexões teóricas, empíricas e metodológicas que articulem maternidade e cuidado na perspectiva da justiça reprodutiva que é uma abordagem interseccional que integra justiça social, direitos sexuais e reprodutivos, e o enfrentamento das desigualdades que estruturam as experiências de gestar e materno. Busca-se fomentar debates sobre temas como maternidades racializadas e a herança do racismo estrutural; desigualdades de classe e o trabalho reprodutivo; maternidade e deficiência; maternidade lésbica e trans; maternidades em territórios vulnerabilizados; políticas públicas e direitos reprodutivos; violência obstétrica e racismo obstétrico; bem como as múltiplas formas de resistência e agência de mulheres e pessoas que gestam diante desses contextos. Ao promover essas discussões, este Grupo de Trabalho - GT, pretende contribuir para a ampliação do debate acadêmico e político sobre o materno, visibilizando realidades frequentemente marginalizadas e tensionando narrativas hegemônicas sobre o que significa maternidade. Ao fomentar esses debates, o GT busca contribuir para o fortalecimento de reflexões e práticas que inspirem políticas públicas e institucionais mais sensíveis às diversidades e desigualdades que atravessam as maternidades no Brasil. Trata-se de um espaço comprometido com a pluralidade, a escuta e a produção de conhecimento crítico que reconheça a maternidade como campo de disputa simbólica,

política e social, reafirmando o direito de todas as pessoas de maternar e serem cuidadas em condições dignas, igualitárias e equitativas.

Integrantes

Laís Melo de Andrade, ass.laismelo@gmail.com, Fiocruz/UFSB

Francine Santana Conceição, francine.santconceicao@gmail.com, Fiocruz/DIHS

Everly Caroline da Cruz Teixeira, everlylorac@gmail.com, Fiocruz/UNILAB

Aline Cristina da Paixão Costa, Fiocruz/DIHS